

<b>EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO No 9003/2026</b> <b>UASG 389484</b> <b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026</b> <b>TIPO: "MENOR PREÇO GLOBAL – ABERTO"</b>			
<b>Data de abertura:</b> 01/07/2026 às 10H00	<b>SRP?</b> <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não	<b>Exclusiva ME/EPP?</b> <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<b>Reserva de quota ME/EPP?</b> <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não
<b>Decreto 7.174?</b> <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não		<b>Margem de Preferência?</b> <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não	
<b>OBJETO:</b> Aquisição de solução integrada de computação pessoal, composta por <b>Notebook, Capa de Proteção (Maleta/Mochila) e Mouse Sem Fio</b> , os quais deverão ser obrigatoriamente do mesmo fabricante (marca única para os três itens), visando atender às necessidades do CRESS 9ª REGIÃO/SP.			
<b>Valor total estimado: R\$ 125.334,00 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais reais).</b>		<b>Vistoria?</b> <input type="radio"/> Obrigatória <input type="radio"/> Facultativa <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	<b>Amostra/Demonstração ?</b>  <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não
<b>Prazo para envio da proposta/documentação:</b> partir da publicação do Edital.			
<b>Pedidos de esclarecimentos e Impugnações:</b> <a href="mailto:licitacao@cress-sp.org.br">licitacao@cress-sp.org.br</a>			
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO			
<b>Requisitos Básicos:</b> 1. Sicaf ou documentos equivalentes; 2. Certidão Portal da Transparência; 3. Certidão CNJ; 4. Certidão CNDT; 5. Certidão Negativa de Falência; 6. Declaração de que não emprega menores.		<b>Requisitos Específicos:</b> 7. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do cress-sp pelo endereço <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “389484”.			

## Sumário

1. DA SESSÃO PÚBLICA.....	3
2. DO OBJETO .....	3
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3.10. Não poderão participar deste PREGÃO: .....	5
4. DA PROPOSTA DE PREÇOS .....	6
5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA.....	7
6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	7
7. DA FASE DE LANCES .....	8
8. DAS PREFERÊNCIAS DA LC Nº 123/2006 (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE) E DO DECRETO 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023.....	9
9. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE .....	10
10. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	10
11. DA HABILITAÇÃO .....	11
11.1.1. JURÍDICA.....	11
11.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: .....	12
11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	13
11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: .....	13
12. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS.....	14
13. DAS DESCONEXÕES .....	15
14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS .....	15
15. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	16
16. DAS PENALIDADES A LICITANTES.....	16
17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS .....	17
18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.....	17
19. DO PAGAMENTO.....	17
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18
21. DO FORO.....	19
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	20
<b>1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA .....</b>	<b>22</b>
<b>4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>22</b>

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	22
6. GARANTIA.....	24
8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	30
10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	30
ANEXO II - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO.....	31

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9003/2026**

**UASG 389484**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026**

**TIPO: "MENOR PREÇO"**

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 9ª REGIÃO/SP**, autarquia federal de fiscalização profissional, por intermédio de seu Pregoeiro e sua equipe de Apoio, nomeado pela Portaria nº 161/2023 de 18/08/2023 torna público, para conhecimento de quantos possam interessar que fará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em conformidade com as Leis nº 14.133/2021 e decreto 11.461/2023, bem como de outras legislações correlatas e suas respectivas atualizações, sob o regime de execução **MENOR PREÇO**, consoante às disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos:

**1. DA SESSÃO PÚBLICA**

A sessão pública será realizada através do sítio de compras do Governo Federal na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e terá início às 10h00. (Dez horas) no horário oficial de Brasília/DF, do dia 01/07/2026

**2. DO OBJETO**

2.1 . Aquisição de solução integrada de computação pessoal, composta por **Notebook, Capa de Proteção (Maleta/Mochila) e Mouse Sem Fio**, os quais deverão ser obrigatoriamente do mesmo fabricante (marca única para os três itens), visando atender às necessidades do CRESS 9ª REGIÃO/SP.

2.2 Em razão do descritivo do Sistema COMPRASNET não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dos materiais dispostas no Termo de Referência e tabela referencial de preços deste Edital.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Pregão.

3.2. O interessado em participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, doravante denominado apenas **PREGÃO**, deverá estar previamente cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciado perante o sistema eletrônico de compras do Governo Federal – COMPRASNET, doravante denominado apenas sistema, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (STLI-MPOG).

3.3. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer órgão ou entidade pública que atue como unidade de cadastramento desse sistema, obedecidas as condições estabelecidas nas normas aplicáveis.

3.3.1. O CRESS 9ª REGIÃO/SP não atua como unidade de cadastramento do SICAF.

3.4. O acesso ao sistema para participação neste **PREGÃO** dependerá de chave de identificação e senha pessoal, que deverão ser obtidas pelo interessado junto ao provedor do sistema (STLI-MPOG), assim como as demais instruções acerca de seu funcionamento e correta utilização.

3.4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4.2. A licitante é responsável exclusiva pelo uso de sua senha de acesso ao sistema, assim como por qualquer transação realizada em seu nome, cabendo a si arcar com eventuais danos decorrentes do uso indevido dessa senha, mesmo que por terceiros.

3.5 Qualquer esclarecimento em relação a presente licitação poderá ser solicitado diretamente ao Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no endereço e horários constantes no preâmbulo.

3.6 Somente poderão participar do presente certame as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.7 As empresas ME e EPP somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as que:

- a) Atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente ou pelo Pregoeiro Oficial ou Equipe de Apoio, à vista dos originais;
- b) Não estejam sob processo de concordata, falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) Não tenham sido declaradas inidôneas por ato de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estão suspensas ou impedidas de licitar com o CRESS 9ª REGIÃO/SP;
- d) Enquadradas em alguma das disposições do artigo 14 incisos da lei 14.133/2021 e suas atualizações;
- e) Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas nos incisos do §4º e nos §§ 5º e 6º do seu artigo 3º;

3.8. Como requisito para participar neste **PREGÃO**, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, ciência das condições deste Edital e seus anexos, e sua concordância com essas, e o pleno cumprimento das exigências de habilitação do presente Edital.

3.9. A omissão de informações por parte da empresa, ou a declaração falsa, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

### **3.10. Não poderão participar deste PREGÃO:**

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) As microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem em processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pública estadual, nos termos do art. 156 da lei 14.133/2021;

b.1) Para cumprimento do disposto na cláusula acima será realizada consulta no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)) e consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>).

- c) As microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que não atenderem a todas as condições e exigências estabelecidas para este certame, ou não apresentarem os documentos nela exigidos
- d) Empresa que possua, entre seus sócios, servidor do CRESS 9ª REGIÃO/SP;
- e) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO**.

#### **4. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1. A proposta de preços detalhada deverá conter os seguintes elementos:

- a) razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;
- b) endereço completo, número de telefone/fax e e-mail para contato;
- c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta corrente);
- d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);
- e) Grupo cotado, faixas etárias, quantidade de usuários por item, período de execução (em meses), valor mensal, e valor anual por usuário (Anexo III).

4.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em formulário fornecido pelo CRESS 9ª REGIÃO/SP (Anexo II) ou em formulário próprio desde que mantidas todas as informações constantes do Anexo II.

- a) havendo dúvida quanto à composição de preço apresentada, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados;
- b) identificado erro grave na composição dos preços, que possa comprometer a prestação dos serviços, o Pregoeiro desclassificará a proposta da empresa;

4.2.1. A proposta detalhada deverá ser enviada, quando solicitadas pelo Pregoeiro, nos termos das cláusulas 9.4 e 9.4.1, Capítulo 9 deste Edital.

4.3. Para fins de lançamento da proposta eletrônica no sistema COMPRASNET a licitante deverá utilizar formulário específico disponível no sistema, a qual deverá ser enviada, exclusivamente, através do mesmo sistema até a data e horário fixados para abertura da sessão pública (vide preâmbulo).

4.3.1. Deverá ser lançado no sistema o VALOR GLOBAL para todos os itens.

4.3.2. O recebimento de propostas será encerrado automaticamente pelo sistema na data e horário de abertura da sessão pública.

4.3.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente apresentada.

4.3.4. A licitante que esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema, no momento de envio da proposta de preços, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei

Complementar n.º 123/2006, de modo que lhe sejam conferidas as prerrogativas da referida Lei.

4.4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o serviço ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

4.5. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Pregão e seu anexo, bem como, na legislação aplicável.

4.6. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas concernentes a prestação dos serviços pretendidos, inclusive para as cooperativas o acréscimo previsto em lei para as contribuições previdenciárias.

4.6.1. A contratada responsabiliza-se pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

4.6.2. O disposto na cláusula acima visa garantir os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

4.7. A proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A proposta de preços lançada no sistema COMPRASNET será desclassificada se conter qualquer elemento que possa identificar a licitante.

## **5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

5.1. O Pregoeiro dará início à sessão pública deste **PREGÃO**, na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, na forma eletrônica, e será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes será realizada exclusivamente através de troca de mensagens de texto, em campo próprio do sistema.

5.3. Compete à licitante o acompanhamento da sessão pública, via sistema, ficando responsável pelos eventuais ônus decorrentes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou pelo Pregoeiro, ou de sua desconexão.

## **6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

6.1. O Pregoeiro fará a análise das propostas apresentadas, tendo como base as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, e desclassificará aquelas em desconformidade com essas condições.

6.2. A desclassificação de proposta será registrada pelo Pregoeiro no sistema, juntamente com a fundamentação da desclassificação.

6.3. São causas de desclassificação de proposta, dentre outras:

- a) oferta de preço de valor zero, irrisório ou manifestamente inexecutável, sendo este aquele que seja inferior ao custo total da prestação do serviço apurada, acrescido dos encargos legais;
- b) apresentação de oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza;
- c) oferta de produto diverso do objeto da licitação;
- d) oferta de serviço que não atenda às especificações mínimas exigidas;
- e) presença de qualquer elemento que possa identificar a licitante.

6.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.5. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes, acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema.

6.6. As propostas classificadas pelo Pregoeiro serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para fins de participação da fase de lances.

6.6.1. O critério de julgamento das propostas para fins de ordenamento da classificação será de MENOR PREÇO.

## **7. DA FASE DE LANCES**

7.1. Concluída a classificação das propostas, o Pregoeiro iniciará a etapa competitiva, na qual as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema.

7.2. A licitante será imediatamente informada do recebimento do lance ofertado e de seu respectivo valor consignado no registro.

7.3. As licitantes farão a disputa dos lances no modo aberto, com intervalo mínimo de 0,01% por lance.

7.3.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.4.1. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.4, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no 7.4, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa.



7.6. No curso da fase de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante que o ofertou.

7.7. A fase de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro, sendo que o sistema encaminhará às licitantes avisos do fechamento iminente dessa fase.

7.8. Após o aviso de encerramento dos lances, haverá o decurso de período de até trinta minutos, definido aleatoriamente pelo sistema, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.9. Durante a fase de lances é permitido ao Pregoeiro excluir lance cujo valor seja considerado inexequível, justificando tal exclusão.

## **8. DAS PREFERÊNCIAS DA LC Nº 123/2006 (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE) E DO DECRETO 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023**

8.1. Será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal, na forma indicada neste Capítulo.

8.2. Encerrada a fase de lances, caso a proposta de menor valor não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema automaticamente analisará as demais propostas de valor igual ou superior em até 5% (cinco por cento) à de menor valor, e realizará os procedimentos cabíveis ao exercício do direito de preferência, observado o disposto abaixo.

8.2.1. Havendo, dentro desse intervalo, proposta(s) apresentada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, será convocada a mais bem classificada para apresentação de última oferta, de valor inferior à proposta de menor preço, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema.

8.2.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não apresente sua última oferta, o sistema convocará automaticamente as demais licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que atendam às condições desta cláusula, obedecida a ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

8.2.3. Não havendo, dentro do intervalo indicado na cláusula 8.2, proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não havendo nova oferta de preço por microempresa ou empresa de pequeno porte, permanecerá vencedora a proposta de menor preço originalmente ofertada.

8.2. Além do descrito no item 8.1 deste edital, terá preferência também as empresas que tenham em seus quadros mulheres vítimas de violência doméstica, respeitando o percentual mínimo de 8%(oito por cento) em contratos com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores e deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

8.2.1: As vagas de que trata o item anterior devem observar:

a) incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006; e

b) destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

8.3 indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no caput.

8.4 A administração e a empresa contratada, nos termos do disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assegurarão o sigilo da condição de vítima de violência doméstica da mão de obra alocada na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de que trata o decreto 11.430/2023.

8.5 É vedado o tratamento discriminatório à mulher vítima de violência doméstica integrante da mão de obra alocada na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

## **9. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**9.1.** O desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.1** 1º Para fins do disposto no caput, serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

10.1. Concluída a fase de lances, e já tendo sido concedida a preferência às microempresas e empresas de pequeno porte previsto no Capítulo 8, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

10.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.3 O prazo será de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 11.1.

10.1.1. Caso as informações fornecidas sobre o serviço sejam insuficientes para a verificação de sua conformidade, o Pregoeiro poderá requisitar a complementação dos dados através da ferramenta de conversação disponível no sistema;

10.1.2. O prazo para a complementação das informações requisitadas será definido pelo Pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, 5 (cinco) minutos, contado a partir da solicitação do Pregoeiro;

10.1.3. A não indicação da informação solicitada nos termos das cláusulas 10.1.1 e 10.1.2 poderá acarretar a recusa da proposta.

10.2. Não serão aceitas propostas cujo valor final ofertado, considerados estes os valores propostos pela empresa após o encerramento da fase de lances e da negociação porventura realizada junto ao Pregoeiro, sejam superiores aos valores máximos estimados da contratação.

10.3. Aplica-se à fase de aceitação de propostas, no que couber, o disposto no Capítulo 7 deste edital.

10.4. A(s) empresa(s) ofertantes do menor preço, DEVERÃO encaminhar, através do sistema comprasnet, a Proposta Escrita, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, contados da convocação do Pregoeiro, aplicando-se no couber o estipulado no Capítulo 12.

10.4.1. Para a elaboração da Proposta Escrita, deverá ser utilizado o Anexo IV do Edital (Modelo de Planilha Orçamentária).

10.5. Na hipótese de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta que seja aceitável.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1. Aceita a proposta de preços, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante proponente, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

### **11.1.1. JURÍDICA**

- a. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;
- b. Registro comercial, no caso de empresa ou empresário individual;
- c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, bem como todas as alterações contratuais, se houverem, ou da consolidação respectiva;

- d. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **11.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda
- b. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, bem como de regularidade perante à Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão unificada expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014;
  - b.1 Se dentro da validade, poderão ser apresentadas, em substituição a Certidão prevista na alínea “b”, separadamente, a Certidão referente à prova de regularidade perante à Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) expedida pelo INSS, e a Certidão relativa à prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidões expedidas pela Procuradoria da Fazenda e pela Secretaria da Receita Federal;
- c. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), através do Certificado de Regularidade de Situação (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) **ou** Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência);
- e. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativo aos tributos mobiliários e imobiliários, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- g. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

### **11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Prova de negativa de falência ou recuperação judicial, através de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do Tribunal de Justiça da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

### **11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado emitidos em nome da LICITANTE, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado a contento ou executar serviços pertinentes ao objeto para o setor público ou privado, em original ou cópia autenticada.

11.2. No tocante aos documentos exigidos nas alíneas “a”, “b” e “c” da cláusula

11.1.2, a habilitação da licitante será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, ou mediante apresentação dos próprios documentos na forma do Capítulo 11.

11.3. Quanto ao documento exigido na alínea “d”, a habilitação da licitante será verificada mediante consulta on-line ao site do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ou mediante apresentação dos próprios documentos na forma do Capítulo 11.

11.4. O documento de que trata a alínea “g” da cláusula 11.1.2 deverá ser encaminhado eletronicamente, por ocasião do envio da proposta, ou através de campo próprio no sistema do COMPRASNET.

11.5. Os documentos de que tratam as cláusulas 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 deverão ser encaminhados por e-mail quando solicitados pelo pregoeiro nos termos do capítulo 10 deste Edital.

11.6. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 6.204/2007, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação:

11.6.1. Os documentos exigidos nesta licitação relativos à regularidade fiscal são os indicados nas alíneas 'a', 'b', 'c' e 'e' da cláusula 12.1.1 deste Edital.

11.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.9. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

11.12. No que se refere a envio de documentos/anexos deverá ser observado o disposto no Capítulo 11.

11.12. Atendidas as condições expostas neste Capítulo, a licitante será declarada vencedora.

## **12. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS**

12.1. Em caso de haver necessidade de envio de documento e/ou anexo por parte de empresa licitante, o Pregoeiro fará a solicitação através da ferramenta de conversação disponível no sistema.

12.1.1. O envio de documento/anexo será feito de forma virtual, mediante uso da função de convocação de anexos existente no sistema.

12.1.2. Os documentos/anexos deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado, no formato "PDF", de modo a não permitir sua manipulação.

12.1.3. O prazo para envio de documento/anexo será definido pelo Pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, 5 (cinco) minutos, contado a partir da convocação.

12.1.4. Verificada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta indicada na cláusula 12.1.1, poderá ser utilizada outra forma de envio (correio-eletrônico, fax, ou outra), a ser indicada pelo Pregoeiro.

12.2. Visando evitar desperdício de tempo e recursos, tanto do CRESS 9ª REGIÃO/SP, como das licitantes, somente deverá haver envio de documentos/anexos (por ex.: documentos de habilitação) por parte das licitantes se houver expressa solicitação do Pregoeiro.

12.3. Sendo necessária a apresentação de original ou cópia autenticada do documento/anexo, a empresa licitante deverá fazê-lo no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.3.1. A via original, ou cópia autenticada, do documento/anexo, da CLAUSULA 10, deverão ser entregues no setor SECRETARIA do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 9ª REGIÃO/SP – Rua Conselheiro Crispiniano, 80– República – São Paulo/SP – CEP: 01037-001, em envelope contendo a identificação da empresa e a referência ao seu conteúdo e a este Pregão.

### **13. DAS DESCONEXÕES**

13.1. Ocorrendo a desconexão do Pregoeiro com o sistema, no curso da fase de lances, estes continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, se o sistema permanecer acessível aos licitantes.

13.2. Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa pelo sistema, e terá reinício somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

13.3. Em caso de desconexão de licitante com o sistema, a sessão do Pregão prosseguirá normalmente, cabendo ao licitante os eventuais ônus decorrentes dessa desconexão.

### **14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1. Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2. Caberá ao Pregoeiro, através de campo próprio do sistema, acatar ou rejeitar, motivadamente, a intenção de recorrer manifestada.

14.3. Aceita a intenção de recurso, as razões do recurso de que trata o item 14.1 deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

14.4 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.5 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.6 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

14.7. Mantida a decisão recorrida, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, neste caso a Direção-Geral do CRESS 9ª REGIÃO/SP, que decidirá o recurso.

14.8. Decidido o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.



## **15. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

15.1 Homologado o resultado desta licitação pela Presidenta do CRESS 9ª REGIÃO/SP, a contratação será formalizada mediante lavratura dos termos de contrato e emissão da(s) Nota(s) de Empenho respectiva, contendo a indicação do item, com sua descrição e preço do serviço ao CRESS 9ª REGIÃO/SP.

15.2. Como condição para lavratura dos termos de contrato e emissão da(s) Nota(s) de Empenho, a licitante vencedora deverá atender a todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha se utilizado da prerrogativa indicada na cláusula 9 deste Edital.

15.2.1. A(s) empresa(s) prestadoras dos serviços deverão manter, durante o prazo de vigência da contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

15.3. A(s) empresa(s) vencedora(s) será (ão) convocada(s) a comparecer ao CRESS 9ª REGIÃO/SP para assinar os termos de contrato e retirar as Notas de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do ofício, sob pena de decair o direito à contratação.

15.3.1. A critério do CRESS 9ª REGIÃO/SP, os termos de contrato e a Nota de Empenho poderão ser encaminhados à empresa vencedora através de serviço postal, fax, correio-eletrônico, ou outro meio disponível, devendo a(s) empresa(s) vencedora(s) atestar seu recebimento no mesmo prazo indicado na cláusula 15.3.

15.3.2. Na hipótese do não cumprimento do prazo indicado na cláusula 15.3, ou de haver recusa da(s) empresa(s) vencedora(s) em assinar o termo de contrato e/ou retirar/receber a Nota de Empenho, fica facultado à Administração proceder à adjudicação do objeto da contratação às demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à(s) empresa(s) vencedora(s).

15.4 Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

## **16. DAS PENALIDADES A LICITANTES**

16.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Art. 49 do decreto 10024/2019, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2. A licitante que se recusar a receber a Nota de Empenho ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

16.3. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se utilizar da prerrogativa da cláusula 8, e não regularizar a documentação que tenha sido apresentada com restrição, dentro do prazo fixado, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o



valor da contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

## **17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

17.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio eletrônico, na forma do edital.

17.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.2. Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste PREGÃO, mediante envio de impugnação através de correio-eletrônico, para o endereço **licitacao@cress-sp.org.br**.

17.2.1 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

17.2.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.2.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

## **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

18.1 As despesas decorrentes da aquisição dos serviços descritos no termo de referência correrão por conta da reserva orçamentária realizada para esta contratação.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1 O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias úteis após a apresentação pela CONTRATANTE à CONTRATADA da Nota Fiscal ou fatura, comprovantes dos pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e sindicais que terá o atesto da prestação dos serviços, **nas condições exigidas no item 7 do termo de referência**, pelo responsável do contrato;

19.2 Para pagamento do valor acordado, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE o documento fiscal exigível, discriminando todas as importâncias devidas,

correspondentes aos materiais efetivamente entregues, juntamente com os seguintes documentos:

I - Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito – CND;

II - Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

III - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa;

IV - Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

V - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

VI - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

19.3 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do presente contrato.

19.4 A CONTRATADA é responsável ainda, por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo pelo não cumprimento às cláusulas e condições do presente contrato.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2. A apresentação de proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste edital e seu anexo.

### **20.3. Faz parte integrante deste edital os anexos:**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

20.4. Todas as informações referentes a esta Licitação, tais como: alterações de prazos ou das peças que compõem o Edital, registro de esclarecimentos, impugnações ou recursos e respectivas respostas, resultados de julgamento, entre outras, serão divulgadas no sítio eletrônico [www.cress-sp.org.br](http://www.cress-sp.org.br) e no sítio de compras do Governo Federal, observadas as regras do referido sistema.

20.4.1. As empresas interessadas/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas na forma indicada acima, não podendo alegar seu desconhecimento.

20.4.2. Em caráter complementar, as informações referidas na cláusula 20.4 poderão ser divulgadas, também, no sítio do CRESS 9ª REGIÃO/SP na internet, no endereço eletrônico [www.cress-sp.org.br](http://www.cress-sp.org.br).

20.5. Esta licitação poderá ser suspensa, revogada por razões de interesse público ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, em qualquer tempo.

20.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas à presente licitação.

20.7. A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às 18h (dezoito horas) do dia do vencimento do prazo.

20.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

## **21. DO FORO**

21.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 01 de junho de 2026

**NAJILA THOMAZ DE SOUZA - CRESS Nº40.984**  
**CRESS 9ª REGIÃO/SP**  
**PRESIDENTE**

**MACIEL LUIS SILVA**  
**PREGOEIRO OFICIAL**

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Aquisição de solução integrada de computação pessoal, composta por **Notebook, Capa de Proteção (Maleta/Mochila) e Mouse Sem Fio**, os quais deverão ser obrigatoriamente do mesmo fabricante (marca única para os três itens), visando atender às necessidades do CRESS 9ª REGIÃO/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Novo Notebook Dell 15 – Modelo de referencia: DC15250 ou superior	22	R\$ 5.499,00	R\$ 120.978,00
2	Capa Dell Pro 15-16 Ecoloop Urban	22	R\$ 99,00	R\$ 2.178,00
3	Mouse sem fio móvel Dell – MS3320W – PRETO	22	R\$ 99,00	R\$ 2.178,00

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### 2 - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E JURISPRUDENCIAL PARA A PADRONIZAÇÃO DE MARCA

A indicação da marca **Dell** para a presente aquisição de notebooks encontra amparo legal e jurisprudencial pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU). A medida não visa cercear a ampla competitividade do certame, mas sim garantir a eficiência, a continuidade do serviço público e a economicidade na gestão do parque computacional deste Órgão.

#### 2.1. Da Súmula TCU nº 270

O Tribunal de Contas da União consolidou a possibilidade de indicação de marca por meio da **Súmula nº 270**, cujo teor se amolda perfeitamente ao caso em tela:

*"Em licitações para a aquisição de bens, é possível a indicação de marca, desde que estritamente necessária para atender a exigências de padronização e que haja prévia justificação técnica no processo, que explicita as razões de ordem técnica ou econômica que fundamentaram a escolha."*

Desta forma, cumpre-se o requisito sumular por meio da presente justificativa técnica, que demonstra o ganho logístico e a otimização de recursos públicos ao manter a homogeneidade do parque tecnológico atual.

## 2.2. Dos Precedentes do Plenário do TCU

A Corte de Contas também possui precedentes específicos que validam a indicação de marca voltada para a área de Tecnologia da Informação, com foco na simplificação do suporte e na garantia contratual de longo prazo:

- a) **Acórdão nº 2.300/2013 – Plenário:** O TCU validou a indicação de marca quando o objetivo do órgão é buscar a economicidade na manutenção, a facilidade de suporte técnico unificado e o aproveitamento da curva de aprendizado da equipe interna de TI.
- b) **Acórdão nº 636/2006 – Plenário:** O julgado reforça que a escolha de marca específica é legítima quando demonstrada, de forma clara, a vantajosidade logística e operacional da decisão frente à infraestrutura preexistente.

## 2.3. Do Alinhamento com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)

O entendimento jurisprudencial do TCU restou integralmente positivado na Nova Lei de Licitações, que autoriza a indicação de marca nos seguintes moldes:

- **Art. 41, I, "a":** Permite a indicação em decorrência da **necessidade de padronização** do objeto;
- **Art. 41, I, "b":** Permite a indicação para **manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados** pela Administração.

## 2.4. Da Justificativa Técnica Aplicada (Garantia de 36 Meses)

A adoção de uma marca diversa da majoritária no órgão (Dell) fragmentaria a gestão de TI, gerando os seguintes prejuízos operacionais, vedados pelo princípio da eficiência:

- i) **Gestão de Contratos de Suporte:** A manutenção de um parque homogêneo otimiza o controle dos **36 meses de garantia**, permitindo o uso de um canal único e centralizado de acionamento do fabricante, o que acelera o reparo dos notebooks.
- ii) **Minimização do Downtime:** A equipe técnica interna já domina as ferramentas de diagnóstico integradas da marca Dell, reduzindo o tempo de máquina parada e o impacto no serviço público.
- iii) **Compatibilidade de Acessórios:** Notebooks da mesma linha e marca permitem a intercambialidade imediata de fontes de alimentação e

periféricos em caso de falhas, sem necessidade de novas aquisições pontuais.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA**

**3.1.** Aquisição de Microcomputador Portátil (Notebook), marca de referência DELL, Modelo Dell 15 (Código de Configuração DC15250), adotado em conformidade com o processo de padronização técnica do órgão, atendendo aos requisitos mínimos descritos abaixo:

**3.1.1.** Especificações mínimas: Microcomputador portátil (Notebook) com processador de alto desempenho com no mínimo 10 núcleos físicos, frequência turbo máxima de pelo menos 5.0 GHz e memória cache mínima de 12 MB. Memória RAM mínima de 16 GB DDR4/DDR5. Armazenamento interno mínimo de 512 GB em tecnologia SSD NVMe PCIe. Tela antirreflexo de 15,6 polegadas com resolução nativa mínima Full HD (1920x1080). Placa de vídeo integrada compartilhada. Teclado em padrão ABNT2 com teclado numérico dedicado. Interface de conectividade sem fio Wi-Fi 6 e Bluetooth. Conexões físicas mínimas: 1x HDMI, 2x USB Tipo-A e 1x USB Tipo-C. Sistema operacional de fábrica Windows 11 Pro ou equivalente Linux de distribuição corporativa. Acompanha fonte de alimentação bivolt automática com tecnologia de carregamento

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** O produto ofertado deverá atender ou superar as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

### **5. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1.** O prazo máximo de entrega será de até **30 (trinta) dias** após a assinatura do contrato/nota de empenho.

**5.2.** Local de entrega:

**Sede do CRESS/SP**

Rua Conselheiro Crispiniano, 80 - República - São Paulo – SP - Horário das 12 às 18h.

**Quantidade 11 peças**

**Um conjunto de cada (notebook, capa e mouse) nos seguintes endereços:**

SECCIONAL ABCDMRR

Endereço: Rua Siqueira Campos, 560 – Sala 102 – 10ª Andar.  
Santo André/ Centro

Telefone: (11) 44383794

Email: [abcdmrr@cress-sp.org.br](mailto:abcdmrr@cress-sp.org.br)

Horário de atendimento: 12h - 18h

#### SECCIONAL DE ARAÇATUBA

Endereço: Rua Aquidabam, 13 - Centro - Araçatuba/SP

Telefone: (15) 36227082

Email: [aracatuba@cress-sp.org.br](mailto:aracatuba@cress-sp.org.br)

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE BAURU

Endereço: Rua Sete de Setembro, 1273/101 - Centro - Bauru/SP

Telefone: (14) 32141596

Email: [bauru@cress-sp.org.br](mailto:bauru@cress-sp.org.br)

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE CAMPINAS

Endereço: Rua Delfino Cintra, 584 - Bairro Botafogo - Campinas/SP

Telefone: (19) 25190106

Email: [campinas@cress-sp.org.br](mailto:campinas@cress-sp.org.br)

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE MARÍLIA

Endereço: Av. Carlos Gomes, 553 – sala 64 - Centro

Telefone: (14) 34335958

Email: [marilia@cress-sp.org.br](mailto:marilia@cress-sp.org.br)

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Endereço: Avenida Coronel José Soares Marcondes, 983, 7º Andar, Sala 71 - Centro  
- Presidente Prudente/SP

Telefone: (18) 32216510

Email: [pprudente@cress-sp.org.br](mailto:pprudente@cress-sp.org.br)

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

Endereço: R. Visconde de Inhaúma, 490 – 9º Andar – Cj. 905 – Centro

Telefone: (16) 36252369

Email: [ribpreto@cress-sp.org.br](mailto:ribpreto@cress-sp.org.br)

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE SANTOS

Endereço: R. Dr. Carvalho de Mendonça, 247- Cj. 93 – Vila Belmiro

Telefone: (13) 32243201

Email: santos@cress-sp.org.br

Horário de atendimento: 12h - 18h

#### SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Endereço: Rua Voluntários de São Paulo, 3066 – sala 511 – 5º andar – Centro

Telefone: (17) 32337560

Email: sjriopreto@cress-sp.org.br

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Endereço: R. Luiz Pasteur, 1029 – Monte Castelo

Telefone: (12) 39450011

Email: sjcampos@cress-sp.org.br

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

#### SECCIONAL DE SOROCABA

Endereço: Av Washington Luiz 310 – Jd. Emília / Torre White - salas 47 e 48 (4º Andar)

Telefone: (15) 32329635

Email: sorocaba@cress-sp.org.br

Horário de atendimento: Segunda à sexta-feira das 12 às 18h

**5.3.** Os equipamentos deverão ser entregues prontos para uso, com sistema operacional instalado e configurado.

## **6. GARANTIA**

- a. os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 03 (três) anos;
- b. O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação único para a abertura dos chamados;
- c. durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- d. os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão iniciados onde se encontram (on-site), no próximo dia útil ao de abertura do chamado junto a contratada e concluídos em até 03 dias úteis ao de abertura do chamado;
- e. esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de atesto da respectiva nota fiscal dos equipamentos fornecidos;



- f. durante o período de garantia, a assistência técnica deverá ser prestada, exclusivamente pelo fabricante dos equipamentos ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta no ato da homologação;
- g. no caso do licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração/certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência;
- h. condições de entrega:
  - i. todos os cabos e acessórios do equipamento deverão vir necessariamente dentro de sua respectiva caixa ou afixados (à sua caixa), através de envelope plástico de segurança, não sendo aceitas entregas fracionadas dos acessórios que compõem o equipamento;
  - ii. prazo de entrega: máximo de 30 (trinta) dias corridos após a notificação de fornecimento emitida à empresa contratada;

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o CRESS/SP e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O CRESS/SP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CRESS/SP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal do contrato informará à Coordenação Geral de Administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à Coordenação Geral de Administração.

7.12. O fiscal do contrato irá comunicar à Coordenação Geral de Administração, com antecedência mínima de 60 dias, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Coordenação Geral de Administração para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.15. A Coordenação Geral de Administração coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. A Coordenação Geral de Administração acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e

pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17. Coordenação Geral de Administração acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18. A Coordenação Geral de Administração tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **7.2. Recebimento do Objeto**

7.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo específico.

7.2.4. Não havendo manifestação do CRESS/SP sobre o recebimento definitivo no prazo do subitem anterior, haverá presunção de recebimento definitivo dos materiais/bens.

7.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança

equivalente, verificadas pelo CRESS/SP durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.3. Liquidação**

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.2. Para fins de liquidação, o fiscal do contrato deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade.
- b) a data da emissão.
- c) os dados do contrato e do CRESS/SP contratante.
- d) o período respectivo de execução do contrato.
- e) o valor a pagar. e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.3.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.5. O CRESS/SP deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do CRESS/SP, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.5.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o fiscal deverá comunicar à Coordenação Geral de Administração quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.5.3. Persistindo a irregularidade, a Coordenação Geral de Administração deverá adotar as medidas necessárias à abertura de processo administrativo para rescisão contratual, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.3.5.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **7.4. Prazo de pagamento**

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

#### **7.5. Forma de pagamento**

7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## ANEXO II - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

**PROPONENTE:** \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

FONE: (00)0000-00000 FAX: (00)0000-00000 E-MAIL: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ C.N.P.J: \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:**

NOME: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_ C.P.F. \_\_\_\_\_

PREPOSTO QUE REPRESENTARÁ A CONTRATADA DURANTE A VIGÊNCIA DO AJUSTE

NOME: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_ C.P.F. \_\_\_\_\_

**BANCO      AGÊNCIA      PRAÇA PAGAMENTO      CONTA CORRENTE**

### Observações iniciais:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Novo Notebook Dell 15 – Modelo de referencia: DC15250 ou superior	22	0,00	0,00
2	Capa Dell Pro 15-16 Ecoloop Urban	22	0,00	0,00
3	Mouse sem fio móvel Dell – MS3320W – PRETO	22	0,00	0,00

- a) O valor deverá incluir todas as despesas tributárias e frete e conter, no máximo, 02 (duas) casas decimais, não sendo admitidos valores iguais a zero;
- b) Pagamento exclusivamente por ordem bancária.

Valor total: R\$ 0,00 (xxxx)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias a contar da data fixada para a sessão pública deste Pregão.

....., ..... / ..... /2026.

**Assinatura do responsável/nome legível**

## **8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo preço, observando o item VI – do edital de convocação.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 125.334,00 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais), conforme custos unitários apostos anexos.*

## **10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Plano de Ação 2026, rubrica específica para aquisição de equipamentos de informática.

São Paulo, 01 de junho de 2026

Edmundo Alves Palmeira Neto  
Coordenador Geral de Administração - CRESS/SP

## RELATÓRIO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 044/2026

ÓRGÃO REQUISITANTE: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL- CRESS 9ª REGIÃO/SP

SETOR TÉCNICO RESPONSÁVEL: XAVIER GERENCIAMENTO DE DADOS E REDES LTDA.

CNPJ/MF sob o n.º 25.185.648/0001-00

Terceirizada na prestação de serviços de T.I, certame PROC.ADM. 010/2021 – LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2021.

**OBJETO:** Aquisição de microcomputadores portáteis (notebooks).

XAVIER GERENCIAMENTO DE DADOS E REDES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 25.185.648/0001-00, estabelecida na Rua Coronel João Vilela, 1766 Centro, na cidade de Patrocínio Paulista, neste ato representada por ELIVELTON XAVIER NASCIMENTO, inscrita no CPF: 398.860.648-00, portadora da cédula de identidade RG: 40.751.836, fornecedor de prestação de serviços do certame PROC.ADM. 010/2021 – LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2021, em concordância com o item 1.10 do termo de referência do pregão eletrônico 002/2021, vem manifestar na aquisição dos notebooks da marca DELL pelos motivos e razão a seguir:

## 1. DO OBJETO E DA INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO

O presente relatório visa fundamentar tecnicamente a necessidade de padronização para a aquisição de computadores portáteis tipo notebook, com a indicação exclusiva da marca **DELL, Modelo Dell 15 (Código de Configuração DC15250)**, conforme permissivo legal estabelecido no art. 40, inciso V, alínea "a", e art. 43 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 2. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

A escolha específica pelo chassi e ecossistema do modelo Dell 15 (DC15250) justifica-se pelos seguintes fatores de interesse público:

- Compatibilidade e Infraestrutura Existente:** O parque tecnológico atual do órgão é composto majoritariamente por equipamentos da mesma linha e fabricante. A introdução de marcas ou arquiteturas distintas geraria incompatibilidade com as docking stations, fontes de alimentação e periféricos já patrimoniados.
- Ganho de Escala em Manutenção e Suporte:** A equipe técnica de TI do órgão já possui treinamento, ferramentas de diagnóstico e histórico de manutenção homologados para esta plataforma. A uniformidade do ecossistema reduz drasticamente o *downtime* (tempo de máquina parada) em chamados de suporte interno.
- Gerenciamento e Implementação de Imagens (Deploy):** O órgão utiliza imagens de sistema operacional padronizadas e scripts de segurança customizados para os drivers específicos desta linha de hardware. A homologação de uma nova imagem para fabricantes distintos demandaria horas de trabalho técnico desnecessárias, onerando a administração.



- d) **Logística de Peças de Reposição:** A padronização otimiza o estoque interno de peças de reposição e componentes compatíveis em almoxarifado, evitando o desperdício de recursos públicos com múltiplos contratos de assistência.

### 3. DA ECONOMICIDADE (CUSTO DO CICLO DE VIDA)

A padronização em tela atende ao princípio da economicidade sob a ótica do Custo Total de Propriedade (TCO - *Total Cost of Ownership*). Embora o custo de aquisição isolado possa equivaler ao de outros concorrentes, os custos indiretos com treinamento de pessoal, adaptação de infraestrutura de rede, aquisição de novas licenças de gerenciamento e tempo de suporte técnico especializado seriam significativamente maiores caso uma marca distinta fosse integrada ao parque atual.

### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO PADRÃO

Para fins de conformidade e verificação no recebimento do objeto, o modelo padronizado deverá apresentar as seguintes características de fábrica:

- **Equipamento:** Notebook Dell 15, Modelo DC15250.
- **Processador:** Tecnologia Intel Core de 13ª Geração ou arquitetura Intel Core 3 (linha estável homologada pelo órgão).
- **Memória RAM:** Mínimo de [8 GB ou 16 GB] DDR4/DDR5.
- **Armazenamento:** Mínimo de 512 GB SSD NVMe PCIe.
- **Tela:** 15.6 polegadas Full HD (1920x1080) com tratamento antirreflexo.
- **Teclado:** Padrão ABNT2 com teclado numérico físico integrado.
- **Conectividade:** Wi-Fi e Bluetooth nativos; saídas HDMI 1.4, portas USB-C e USB-A.
- **Garantia Exigida:** Mínimo de [12 / 24 / 36] meses com suporte técnico do fabricante na modalidade *On-Site* (no local de instalação do órgão).

### 5. CONCLUSÃO E PARECER TÉCNICO

Diante do exposto, este setor técnico emite parecer **FAVORÁVEL** à adoção da padronização e à exigência da marca **DELL, Modelo Dell 15 (DC15250)** para a presente contratação. Resta demonstrado que a restrição de marca, neste caso específico, não fere a competitividade de forma prejudicial, mas resguarda a eficiência administrativa, a compatibilidade técnica e o erário público, nos termos da legislação vigente.

Submete-se este relatório à aprovação da Autoridade Competente para a devida publicação do ato de padronização, conforme exige o § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133/2021.



Elivelton Xavier Nascimento

CPF: 393.826.648-00

RG: 48176468

São Paulo, 02 de Junho de 2026.